

REPRESENTAÇÕES CULTURAIS DE ANGOLA E MOÇAMBIQUE EM NARRATIVAS COLONIAIS

CULTURAL REPRESENTATIONS OF ANGOLA AND MOZAMBIQUE IN COLONIAL NARRATIVES

[10.29073/heranca.v6i2.716](https://doi.org/10.29073/heranca.v6i2.716)

Receção: 01/02/2023 Aprovação: 12/05/2023 Publicação: 13/05/2023

Susana Pimenta ^a, Orquídea Ribeiro ^b, Fernando Moreira ^c,

^aUniversidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, spimenta@utad.pt, ^bUniversidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, oribeiro@utad.pt, ^cUniversidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Portugal, fmoreira@utad.pt.

RESUMO

As narrativas coloniais são sobretudo um louvor à «missão» e à ação colonizadoras, assim como às gentes da metrópole e do território colonial, numa perspetiva de uma «natural» superioridade branca. Este artigo pretende cartografar preconceitos culturais do passado colonial através da análise de narrativas ficcionais sobre Angola e Moçambique, datadas entre os anos 20–60, que permitem um entendimento mais circunstanciado do pensamento e da representação do mundo colonial português do século XX. Conclui-se que, no campo das representações, a propaganda colonial é ancorada e sustentada pela intelectualidade portuguesa, dando força e credibilidade aos ideais políticos de António de Oliveira Salazar.

Palavras-Chave: Portugal, Império Colonial, Representações, Moçambique, Angola, Século XX.

ABSTRACT

The colonial narratives are above all a praise to the “mission” and to the colonizing action, as well as to the people of the metropolis and the colonial territory, in a perspective of a «natural» white superiority. This article aims to map cultural prejudices of the colonial past through the analysis of fictional narratives from Angola and Mozambique, dating from the twenties to the sixties, which allow a more detailed understanding of the thought and representation of the Portuguese colonial world of the twentieth century. This reflection concludes that, in the field of representations, colonial propaganda is anchored and sustained by the Portuguese intelligentsia, giving strength and credibility to the political ideals of António de Oliveira Salazar.

Keywords: Portugal, Colonial Empire, Representations, Mozambique, Angola, Twentieth Century.

1. INTRODUÇÃO: REPRESENTAÇÃO DO MUNDO COLONIAL PORTUGUÊS

O presente artigo pretende analisar e cartografar representações culturais do império colonial português dado que se considera que, para se perceber e interpretar o discurso em torno do racismo (ou do preconceito racial) de hoje em dia, em Portugal, é necessário recuar no tempo para encontrar a base desse mesmo discurso, alicerçado, na maioria dos casos, em projetos políticos coloniais, ligados sobretudo à economia e à ideia da «superioridade branca consciente» (Wheeler e Pélissier, 2016, p. 46). Esta cartografia de representações justifica-se e afigura-se pertinente para confrontar e

compreender episódios polémicos da atualidade, assentes na discriminação ou racismo, presentes na sociedade portuguesa, analisados e estudados, a título de exemplo, por Almeida & Varela (2021) ou Ribeiro & Pimenta (2022).

A metodologia adotada foi de caráter qualitativo, tendo por base uma pesquisa documental de identificação do *corpus* e posterior análise de documentos selecionados, para permitir uma hermenêutica cultural do período da 2.^a República (Ditadura Militar e Estado Novo, 1926–1974), ou seja, uma interpretação de uma seleção de narrativas representativas de evidente papel intervencionista na transformação cultural do

século XX (coloniais, de viagens ou textos políticos), capazes de demonstrar e evidenciar a transversalidade da política colonial, cultural e propagandística do ultramar.

Para cartografar (Cosgrove, 2005) preconceitos culturais do passado colonial foram identificadas narrativas ficcionais sobre Angola e Moçambique, das décadas de vinte a sessenta, que permitem um entendimento mais circunstanciado do pensamento e da representação do mundo colonial português do século XX (Rosas *et al.*, 2020). Neste contexto, aplica-se o termo “cartografia” no sentido oferecido por Denis Cosgrove (2005), ou seja, trata-se de uma ferramenta de análise e de um modo de representação entre a cultura e o espaço:

Because culture, like every physical and social activity, is both spatially structured and geographically expressed, the map remains a powerful mode of visualising and representing the spatial aspects of how cultures form, interact and change. Mapping thus remains a vital tool of analysis and a significant mode of representation in the study of interconnections between culture and space. (...) The mapping metaphor is therefore extended to include all graphic representations of knowledge. (Cosgrove, 2005, p. 28)

Assim, foram selecionados escritores premiados do Concurso de Literatura Colonial (Quintinha, 1929¹; Azeredo, 1956²) e da Academia de Ciências de Lisboa (Azambuja, 1952³), bem como autores de relatos de viagens ditos “verídicos” (Faria e Maia, 1929⁴; Rosas, 1935⁵); esta diversidade textual permitiu uma reflexão acerca da homogeneização das representações culturais do império colonial português. Considera-se que estas fontes documentais permitem refletir sobre o discurso propagandístico colonial e as visões fantasmagóricas que o português forjava dos africanos, apresentando, na verdade, o imaginário construído (e desejado) não dos «outros», mas sim o que os Europeus pretendiam para eles próprios. Neste sentido, importa esclarecer que a noção de representação cultural é assumida pela maioria dos autores estudados como “resemblance” (Söderström, 2005) da realidade, isto é, procuram relatar o experienciado, sentido ou vivido. Por outro lado, há escritores que intentam ficcionalizar a realidade, mas revestindo-a de ideologia política, em consonância com as políticas de representação do “nós-eles” da época.

2. CONTEXTUALIZAÇÃO: A POLÍTICA COLONIAL DO ESTADO NOVO

A Conferência de Berlim (1884–85) primeiro e, depois, o *Ultimatum* inglês em 1890 contribuíram para que o poder político

¹ Julião Quintinha (1886–1968), jornalista e escritor, foi uma figura ligada ao anarco-sindicalismo e colaborador de várias revistas; viajou por África, particularmente pelas colônias portuguesas, tendo registado essa experiência em várias obras, nomeadamente *África Misteriosa* (1928), *Oiro Africano* (1929) e *A queda do Império Vátua*, em coautoria com Francisco Toscano (1930), narrativas com as quais concorreu ao Concurso de Literatura Colonial da Agência Geral das Colônias, sendo um dos autores mais premiados.

² Maria Guilhermina de Aguiã de Azeredo (1894–1976) foi uma escritora portuguesa de nascimento, de S. Mamede de Infesta, autora das obras *Feitiços* (1935), *Branços e Pretos* (1956) e *O Mato* (1972), e teve as suas duas primeiras obras premiadas pelo Concurso de Literatura Colonial promovido pela Agência Geral das Colônias. Azeredo colaborou na imprensa feminina portuguesa nos anos 30 em *Eva*, *Portugal Feminino*, *Magazine Bertrand*; nos anos 40, participou em *O Mundo Português* e na revista luso-brasileira *Atlântico*.

³ Maria da Graça Azambuja (1918–1993), também conhecida por Maria da Graça Freire, pseudónimo de Maria Ribeiro de Oliveira Freire, destacou-se na narrativa de ficção e foi considerada uma das primeiras romancistas da cultura portuguesa do século XX. De uma visita a Angola (1937–1944), surge a obra *A primeira viagem* (1952), um romance de experiências pessoais, com o qual

ganhou prémio Ricardo Malheiros da Academia das Ciências de Lisboa. Foi também vencedora do prémio Eça de Queiroz (criado pelo Secretariado de Propaganda Nacional) com a obra *A Terra foi-lhe negada* (1958).

⁴ Carlos Roma Machado Faria e Maia (1861–1953), coronel de Engenharia, exerceu diversas funções em Angola e Moçambique entre 1897 e 1929 contribuindo para a promoção e conhecimento da ação de Portugal nesses territórios; a maioria das suas 25 obras tem como tema a sua atividade em Angola e Moçambique, destacando-se *Recordações de África: Verídicas Narrativas de Viagens, Caçadas, Combates e Costumes Indígenas, Marchas pelo Interior e Navegação dos Rios* (1929) e *Recordações de África e Nostalgia Africana. Verídicas Narrativas* (1936).

⁵ Álvaro da Silva Rosas (1893–?), médico-cirurgião militar e expedicionário, participou na Grande Guerra em Moçambique, o que lhe proporcionou um conhecimento experiencial profundo da então colónia portuguesa de que deixou relato na obra *Terras Negras*, publicada em 1935; foi também autor, entre outras, de obras de teor variado como *Trás-os-Montes e o Porto* (1953), *A propósito de Fialho de Almeida* (1957), *Lição de José Pereira de Sampaio (Bruno)* (1958) e do artigo «Abel Salazar. Testemunho de um Admirador» (1965), publicado na revista *Jornal do Médico*.

português tomasse, em definitivo, consciência da «propriedade» ultramarina para além de uma simples ocupação territorial nem sempre efetiva, iniciando-se uma narrativa de construção identitária nacional em torno da «missão civilizadora» do colono português na terra africana em estado «selvagem».

Ao longo do século XX, os governos portugueses provocaram uma transformação cultural lenta, mas eficaz, em particular a partir da ação política da Ditadura Militar e, depois, do Estado Novo (1926–1974), «cujo programa mínimo era um nacionalismo de direita, inspirado na fórmula fascista italiana e em correntes autoritárias, integralistas (...) e conservadoras» (Melo, 2001, p. 177). O Estado Novo desenvolveu na sociedade portuguesa uma forma de «portugalidade», um «modelo nacionalista-ruralista-tradicionalista de cultura popular» (Melo, 2001, p. 375), uma teatralização transversal a todos os domínios (política, social, cultural, turismo, entre outros) e que «impunha a partilha de um imaginário alegadamente comum a todos os portugueses, composto fundamentalmente por histórias gloriosas e passadas e por elementos representativos de uma cultura designada como popular» (Cadavez, 2017, p.14). Houve, assim, na metrópole, um trabalho de «reaportuguesamento de Portugal», com o objetivo de recuperar a suposta genuinidade cultural (Melo, 2001, p. 375) nas variadas manifestações e práticas culturais¹. Segundo Daniel Melo, esta política cultural, conduzida por António Ferro, encontrou uma maior resistência no campo literário, onde não houve na metrópole (tanto) sucesso na elaboração de «um núcleo literário oficial» (Melo, 2001, p. 377), forçando o estado a um maior controlo editorial através da censura. Por outro lado, nas colónias a campanha é de «aportuguesamento» ou «portugalização do ultramar» (Alexandre, 2017, p. 432) e de uma tentativa de criar um *corpus* de literatura colonial, à semelhança dos demais impérios europeus, capaz de atrair homens e mulheres para as terras de Angola e Moçambique,

criando um imaginário colonial de prosperidade e riqueza fácil.

A política colonial do Estado Novo dá-se «sob o manto do lusotropicalismo» (Alexandre, 2017, p. 218), uma ideologia (ou crença) que nasce dos textos do sociólogo Gilberto Freyre, *Casa-grande e senzala* (1933) e *O mundo que o português criou* (1940). Mas é sobretudo a partir da interpretação de *Integração nos trópicos* (1958) e *O luso e o trópico* (1961), duas obras encomendadas e publicadas pelo governo português (Castelo, 2011, p. 37), que a política colonial portuguesa constrói a sua ideologia assente nos conceitos de «integração», «simbiose» e «lusotropical» que serviriam para «reorientar o comportamento de portugueses», além de que «era preciso convencer o mundo da natureza especial da colonização lusitana, da ausência de racismo nas províncias ultramarinas portuguesas, da existência de sociedades multirraciais perfeitamente integradas no todo nacional» (Castelo, 2011, p. 138). Embora houvesse uma «distância abissal que ia da imagem da “nação una” às duras realidades do mundo colonial» (Alexandre, 2017, p. 242), Freyre defendia a existência de uma «unidade de sentimentos e de cultura» (Freyre *apud* Castelo, 2011, p. 33) entre as várias colónias portuguesas, incluindo o Brasil, fundada pelo homem português.

Em Portugal, o *Acto Colonial* (Decreto-lei n.º 22: 465) ofereceu os princípios basilares e orientadores para a narrativa ideológica colonial e legitimou a presença portuguesa em África. Este decreto-lei, constituído por 47 artigos, pretendia demonstrar «a função histórica [da Nação portuguesa] de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas» (Artigo 2.º) que neles pudessem existir, configurando-se a partir de então uma renovada administração colonial de cariz imperial, nacionalista e centralizadora (Matos, 2012, p. 63). Francisco Pinto da Cunha Leal, em *A Pátria em Perigo* (1962), contesta o que no seu entendimento diz ser o essencial do *Acto Colonial*, a criação da figura do Alto Comissário, e entende que as

¹ Para uma leitura mais aprofundada sobre a política cultural do Estado Novo, consultar *Salazarismo e cultura popular (1933–1958)*, de Daniel Melo (2001).

obrigações de natureza económica inscritas no documento como regra para os orçamentos específicos das colónias eram uma regressão na tipologia do exercício da potência colonizadora; interpreta ainda o *Acto Colonial*, inserido na Constituição de 1933, como a expressão da mudança de uma mentalidade inicialmente anticolonial dos políticos do Estado Novo, para uma versão ultra-colonial (Leal, 1962, pp. 145–146).

A missão civilizadora foi um «referente justificativo e legitimador sistemático dos processos de colonização portuguesa em África» (Jerónimo, 2010, p. 46) na forma de recrutar e tratar o outro, o indígena, nas questões laborais. Através de «abundante legislação» (Jerónimo, 2010, p. 68), Portugal demonstrava internacionalmente «os desígnios humanitários e civilizacionais da viragem africana após a desagregação política do império luso-brasileiro» (Jerónimo, 2010, p. 46). Na realidade, a missão dos programas civilizadores do colonialismo português, segundo Miguel Bandeira Jerónimo, foi «a de criar condições para educar os corpos e as almas nativas para o trabalho» (2010, p. 269), assentes num sistema de exploração da mão-de-obra indígena. Cumpria-se, aliás, o que já no início do século XX António José Ferreira Marnoco e Sousa teorizava, na esteira de um pensamento que a Europa de então adotava:

A colonização é um processo de evolução por meio do qual as mais elevadas formas da civilização atraem para dentro da sua órbita as que se encontram menos perfeitamente organizadas (...) A obra de colonização consiste, efectivamente, numa dupla cultura da terra e dos seus habitantes. (Marnoco e Sousa, 1906, p. 8)

Tratava-se, afinal, de «modernizar» os indígenas, de lhes repassar os valores e conhecimentos da civilização, de os colocar nos trilhos da modernidade, de os libertar da prisão em que se encontravam: a barbárie; havia, claro, um preço a pagar por esta ação «civilizadora», um custo plenamente justificado pelos ideólogos desta nova era do

colonialismo, a saber, a necessidade de exploração dos novos territórios sem a qual não seria possível levar a cabo essa mesma ação «civilizadora» sobre os indígenas (Meneses, 2010, s/p). Por essa razão, o *Estatuto do Indigenato*, no artigo n.º 2, vem definir o «indígena» como

indivíduos de raça negra ou seus descendentes, que tendo nascido ou vivendo habitualmente nelas, não possuam ainda a ilustração e os hábitos individuais e sociais pressupostos para a integral aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. Consideram igualmente indígenas os indivíduos nascidos de pai e mãe indígena em local estranho aquelas províncias, para onde os pais se tenham temporariamente deslocado. (Decreto-Lei n.º 39666 de 20 de maio de 1954)

O Estado Novo, no quadro das políticas ditatoriais e de legitimação ideológica da sua estratégia colonial, daria uma especial atenção à criação literária usando-a como instrumento de propaganda política. A propaganda do «império» ou território «ultramarino» era feita, embora em menor escala que a dos impérios vizinhos como o francês, o belga ou o britânico, com o apoio de instituições criadas para o efeito, como foi o caso da *Agência Geral das Colónias* (AGC) (1924), criada ainda em tempos da 1.ª República e mais tarde denominada por *Agência Geral do Ultramar* (AGU) a partir de 1951, que promovia eventos e publicações de índole científica, literária ou informativa sobre as colónias (Matos, 2012, p. 69). A Agência Geral das Colónias, definida como «um organismo de propaganda e procuradoria das colónias diretamente dependente do Ministério das Colónias» (Decreto n.º 21.001), atuava essencialmente no eixo cultural do império ultramarino, com forte influência no campo da comunicação social, imprensa escrita, radiofónica ou televisiva, e também nas vertentes cinematográfica¹ e literária. Mas foi sobretudo na literatura que a AGC/AGU uniu esforços no sentido de «estimular o interesse dos intelectuais pelos assuntos tropicais» (Garcia,

¹ Sobre o uso da imagem do «outro» nas artes visuais (fotografia e cinema), propõe-se a consulta de Matos, 2012.

2016, p. 366), promovendo um concurso literário regular cuja temática era as colônias e a vida colonial, tendo como pano de fundo a excecionalidade civilizadora portuguesa. O estudo *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo*¹ (Garcia, 2022) demonstra que centenas de homens e mulheres contribuíram para a construção de uma identidade imperial, assente numa imagem de grandiloquência e lusotropicalista de Portugal.

O poder político construía, desta forma, um imaginário de exaltação nacional e colonial através da criação de uma série de mitos e preconceitos que, em certos casos, ainda perduram até aos dias de hoje. Esta realidade é confirmada por estudos recentes comprovam e apontam formas contemporâneas de racismo na sociedade portuguesa, apresentadas como reminiscências do sistema colonial/imperial, tais como, *Racismo em português. O lado esquecido do colonialismo* (Henriques, 2016), *Racismo no país dos brancos costumes* (Henriques, 2018), *O Estado do Racismo em Portugal: Racismo antinegro e anticiganismo no direito e nas políticas públicas* (Maeso et al, 2021).

3. CARTOGRAFIAS CULTURAIS: MOÇAMBIQUE E ANGOLA

As narrativas coloniais de Angola e Moçambique, escritas por portugueses que viajavam até aos territórios a serviço ou a lazer e que registaram as suas memórias, viagens e reflexões, permitem cartografar as diversas representações culturais do império colonial ao longo de quase 50 anos, podendo ser desconstruído o pensamento colonial português para melhor o interpretar.

Tal como notou Paula Meneses para o caso de Moçambique, já desde os finais do século XIX «a implementação da moderna colonização insistiu e apoiou-se numa hierarquização cultural, a partir da qual emerge, com grande nitidez, a rutura entre o «europeu» e o «indígena», dando azo à emergência de vários

estereótipos que doravante configurariam a representação dos colonizados» (Meneses, 2010, s/p). Neste contexto, o jornalista e escritor Julião Quintinha confirmava, na sua obra *Oiro Africano*,² datada de 1929, o espaço civilizador especial dos portugueses para com os indígenas moçambicanos, oprimidos, em sua opinião, por tiranos seus naturais e livres de um colonizador menos humano, como a Inglaterra; exaltando e justificando a ação de Mouzinho de Albuquerque³, Julião Quintinha afirma:

Sem ele, sem a sua paixão portuguesa à maneira antiga, talvez que o país não possuísse hoje a valiosa África Oriental. E essa perda nada teria beneficiado os negros, que continuariam sujeitos a domínio muito mais tirânico, como era o de Gungunhana, e a uma ambição muito menos generosa, como é a da Inglaterra. (Quintinha, 1929, p. 19)

Quintinha, tal como Faria e Maia, coloca Mouzinho no panteão dos míticos descobridores e fazedores do império português das Descobertas, daqueles que colocaram o nome de Portugal no topo da geografia mundial: «Chaimite, Manjacaze, Ceolela, Magul, estão envolvidos num ambiente de heroísmo e sacrifício criado pela memória do punhado de portugueses que ali morreram defendendo o nome de Portugal» (Quintinha, 1929, p. 20).

A ação civilizadora e modernizadora do colonialismo europeu, com a marca única do colonizador português, é exemplificada por Julião Quintinha com a obra realizada na vila de Inhambane: «Tem Inhambane o aspecto definitivo de estabilidade, que lhe dá o funcionalismo e comércio europeu, bons edifícios, ou saudável preocupação de higiene, e fisionomia marcadamente portuguesa» (1929, p. 24), ou seja, tudo o que a «barbárie» africana não conhecia. Quintinha exalta os «sentimentos generosos que caracterizam a colonização portuguesa» (1929, p. 28), o amor e sacrifício daqueles que nas terras

¹ Edição da tese de doutoramento de José Luís Lima Garcia, intitulada *Ideologia e propaganda colonial no estado novo: da Agência geral das colónias à Agência geral do ultramar 1924–1974*, defendida em 2011.

² Obra classificada em 2.º lugar *ex-aequo* num dos concursos patrocinados pela Agência Geral das Colónias.

³ Joaquim Augusto de Mouzinho de Albuquerque (1855–1902), oficial de Cavalaria, liderou o regimento português que capturou Nguni Gungunhana, o último Imperador de Gaza.

moçambicanas cultivam as suas fazendas (1929, p. 72), expressando uma imagem tipo que revestia o colono português e a sua missão: ele era bom, generoso, valente, sacrificado, exemplo de uma disciplina de trabalho necessária e resistente numa terra que era um «campo aberto à desolação e neurastenia — autêntico desterro» (1929, p. 20), para um europeu.

A «generosidade» da colonização portuguesa não podia arrostar com o opróbrio histórico de agentes principais da escravidão negra e, por isso, Quintinha participa também na lavagem, politicamente engendrada, dessa mancha pouco consentânea com os bons propósitos propagandeados em relação aos indígenas e recorre a uma nota de rodapé para afirmar a sua posição:

É sempre útil continuar lembrando que, ao contrário do que muita gente supõe, não foram os portugueses que inventaram o tráfico de negros nas colônias africanas. Quando os portugueses ali chegaram já esse miserável comércio se exercia em larga escala, fomentado por moiros, índios e negros dos mais poderosos. (Quintinha, 1929, p. 188)

Anos depois, em 1935, Álvaro Rosas, médico expedicionário por terras de Moçambique, alinhava neste esforço nacional de branqueamento da memória no que respeita à escravidão e consequente papel dos portugueses:

A escravidão, consequência fatal do despotismo, base das sociedades indígenas independentes, é criação espontânea da África e não obra de importação. Os povos europeus, acusados de escravagistas, nada mais fizeram que transplantar o produto para a América, onde carecia a mão de obra. (Rosas, 1935, p. 78)

Também Carlos Roma Faria e Maia, com longas estadias nas colônias, participou nesta ação pilatiana com as suas *Recordações de África* (1929) onde relata entre reflexões e lições de história durante a viagem ao sul da África, uma sua estadia em Moçambique, absolvendo os portugueses, pois só se limitaram (!) ao tráfico de negros:

Não se recrimine a Portugal, como muitos estrangeiros fazem, aliás com intuitos que bem se percebem, a muita escravidão que entre nós se fez desde os tempos quinhentistas. (...) Desde as costas e ilhas do golfo México até ao Canadá, os célebres filibusteiros ingleses, franceses e flamengos infestaram sobretudo as ilhas da América central, fazendo enorme tráfico de pretos, peles-vermelhas, e sobretudo escravidão branca em grande escala, sobretudo mulheres, como também têm feito os árabes e turcos. Somos, portanto, superiores a todos eles, pois à escravidão branca nunca chegamos depois das vitórias afonsinas. (Faria e Maia, 1929, pp. 21–22)

Regressando a Álvaro Rosas e às suas impressões duma campanha inscritas na obra *Terras Negras* (1935), o autor assume sem peias aquilo que a estratégia política e legislativa do tempo preconizava, ou seja, o princípio de que os meios justificavam os fins e que, por isso, o trabalho (e o trabalho forçado) era uma forma de cumprir o ditame civilizador: «Governar estas populações, domadas e embrutecidas pela violência de régulos e sobas, implicava uma adaptação a estes costumes bárbaros, porque o selvagem, julgando legítimos todos os seus desejos, só teme a força» (1935, p. 79). Rosas vai mais longe quando alerta para eventuais riscos de contaminação que é preciso prevenir a fim de que a missão civilizacional não fracasse: «A vida no mato exige comodidades e requintes neutralizadores da insensível cafreização que se apodera dos brancos em convívio direto com a Natureza selvagem» (1935, p. 125); o aviso não vem sem razão porque, como assinala, «a cafreização é tão contagiosa que até intoxicou de sambas e ruídos os europeus, destrambelhando-lhes o senso aprimorado» (1935, p. 126). Neste particular, o já referido Carlos Roma Faria e Maia equaciona o binómio trabalho/civilização como essencial e definitivo para o sucesso da missão civilizadora portuguesa ao considerar que «o preto só se pode civilizar por meio de dois grandes factores: a religião e o trabalho obrigatório, sobretudo o segundo» (Faria e Maia, 1929, p. 26).

As posições acima expendidas revelam que, no início da ditadura salazarista, a teoria evolucionista alimentava o modelo colonial; era preciso civilizar a todo o custo e educar, sobretudo pelo trabalho, os indígenas indolentes e preguiçosos, razão pela qual grande parte das narrativas coloniais dessa época são concordantes com essa necessidade imperiosa que mais não era do que uma autojustificação moral que sustentava as práticas de segregação racial; reafirmando o já dito, os meios justificavam os fins e não por acaso se desenvolveu todo um acervo legal (*Acto Colonial; Estatuto do Indigenato; Estatuto de Trabalho do Indígena*¹) que enquadrava juridicamente essa missão especial do «branco» português de elevar os naturais das colônias para patamares civilizacionais superiores.

A Primeira Exposição Colonial Portuguesa (1934) e a Exposição do Mundo Português (1940) ilustraram grandes passagens de narrativas coloniais, projetando a grandiosidade colonial portuguesa através da imagem e de exemplos vivos. A celebração exemplar e o apontar do caminho da estratégia imperial de Estado Novo teve o seu arranque em termos práticos com a Primeira Exposição Colonial Portuguesa (Porto 1934), no que foi o primeiro passo e consequência da política colonial definida constitucionalmente no ano anterior: fez-se para mostrar aos portugueses a sua missão civilizadora para a qual era necessária uma colonização efetiva. A exposição de 1940 foi um marco importante na definição da imagem do «mundo português» e alargou o espaço para o encontro colonial, em particular na Secção Etnográfica Colonial, onde a presença física de «exemplares» do sujeito colonizado foi, segundo Nadia Vargaftig, uma atração que reforçou a ideia de superioridade ocidental e de legitimação do domínio colonial (2016, p. 240)².

Em *Lettre à un otage* (1943), Saint-Exupéry, de passagem por Lisboa aquando da *Exposição do Mundo Português* (1940), verificou que

em vez de um exército, em vez de canhões, [Portugal] tinha erguido contra a ferocidade do invasor todas as sentinelas de pedra: os poetas, os exploradores, os conquistadores. Todo o passado de Portugal, em vez de exércitos e de canhões, barrava a estrada. Ousariam esmagá-lo na sua herança de um passado grandioso? (Saint-Exupéry apud Léonard, 2000, p. 30)

Da mesma forma, Portugal ancorou-se nas «letras» (Noa, 2002) para exaltar um projeto imperial condenado ao fracasso. A «mística imperial» estendera-se ao campo das artes, usando a literatura como um dos meios de dar a conhecer as colônias e através dela apresentar uma imagem consentânea com a ideologia da política colonial do estado. Por isso, a literatura denominada colonial é, segundo Pires Laranjeira, «a expressão da ideia de superioridade do branco sobre o negro, uma componente nítida, explícita, do aparelho ideológico do Estado Novo imposto por Salazar aos portugueses e africanos» (Laranjeira, 1998, p. 77). Nas narrativas coloniais, segundo o pensamento de Manuel Ferreira, «o homem negro aparece como que por acidente, por vezes visto paternalisticamente e, quando tal acontece, é já um avanço, porque a norma é a sua animalização ou coisificação» (Ferreira, 1977, p. 10).

Em *A primeira viagem* (1952), de Maria da Graça Azambuja, uma narrativa que tem como pano de fundo a então colônia de Angola, as escassas referências à «outra raça» estão envoltas de negatividade, pelo que a aptidão inata dos portugueses na relação com os outros povos, como advogava a teoria lusotropicalista, não é evidente, tal como se pode constatar no primeiro encontro de Mónica, personagem principal da obra, com a mulher negra angolana:

O contacto com uma raça diferente não me deixava imperturbável. Nos olhares que me fixavam não se me afigurava ler acolhedoras boas-vindas.

¹ Cfr. Cruz, 2005.

² Segundo a autora de *Des empires en carton. Les expositions coloniales au Portugal et en Italie (1918–1940)*, «Dans les expositions coloniales, la présence d'hommes, de femmes et d'enfants venus d'autres

continents, installés dans des reconstitutions approximatives de «villages» ou de «rues», doit renforcer le sentiment de supériorité occidentale tout en suggérant les capacités de progrès de ces groupes humains, justifiant in fine la domination coloniale». (Vargaftig, 2016, p. 240)

Nos de uma preta, esguia e flexível, lencinho branco na cabeça e, sobre o quimono amarelo que lhe dissimulava o peito pontiagudo, uma porção de colares, surpreendi um lampejo de irônica animosidade (Azambuja, 1952, p. 19)

A colona refere ainda que «estar entre brancos é considerarmo-nos, indiscutivelmente, entre gente nossa, e todos os brancos se consideram altos personagens em relação aos nativos» (Azambuja, 1952, p. 69), pois «é impossível, por maior vigilância que haja, modificar-lhes os costumes» (Azambuja, 1952, p. 24), na expressão de Corino, outro colono há largos anos em Angola.

Maria da Graça Azambuja faz ainda outro tipo de representações em que se destacam, por um lado, as características comportamentais atribuídas ao «outro» incidindo sobretudo na embriaguez, no vício ou na selvajaria: «parecera [o negro] meio embriagado, e, agora, nem se atrevia a lavar pratos. A cangonha, estava bem de ver, a maldita cangonha, o estupefaciente do negro. Não calei a minha indignação. — Preto quando fuma é igual aos bichos» (1952, p. 175); por outro, sentimentos de compaixão ou paternalismo e de infantilização do negro assinalam a «missão civilizadora» do colono português: «Saparalo fora sempre um preto dedicado e cumpridor» (1952, p. 175); «[o negro Saparalo] mostrava-se dócil e possuía uma ingenuidade que igualava aos cinco anos de Bianca. Fazia-me perguntas infantis e escutava religiosamente as histórias que eu contava à pequenita» (Azambuja, 1952, p. 131). Este sentimento de missão civilizadora cumprida é também expresso por Guilhermina de Azeredo no conto *Saudade*, inserido na obra *Branços e Negros* (1956), pela voz de um colono nostálgico de Angola: «Sim, fizemos uma jura e cumprimos até ao final. Transformada a selva numa pequenina pátria portuguesa, com o facho do espírito erguemos um altar a Deus» (Azeredo, 1956, p. 14).

Esta visualização do negro como ser inferior é objeto de uma observação específica no que respeita à mulher negra, da qual é realçado o exotismo erotizado. Disto é exemplo a descrição feita na obra *A primeira viagem*, de

Azambuja: «possuir uma mulher em plena selva, ao som de um batuque à lua, é feitiço que não esquece. A negra é lúbrica...» (Azambuja, 1952, p. 72). No mesmo sentido, vai a apreciação no conto *Chica*, de Guilhermina de Azeredo, onde a mulher é inferiorizada, animalizada e submissa, como se depreende dos excertos que descrevem a personagem Chica:

Serviço? Mas quem és tu, mulher? De onde vens? Era uma negra pestilenta, quase nua (...) ergueu para mim os seus olhos rasgados e tristes. Tremia como os cães perseguidos de perto; pareceu-me mesmo que chorava. Depois dobrou-se novamente para o solo e acariciou humildemente as solas dos meus sapatos. (Azeredo, 1956, pp. 159–160)

Como faziam contraste os olhos verdes da menina [branca] e os seus cabelos louros em caracóis, com a pele de fuligem e a carapinha curta da criada. (Azeredo, 1956, p. 166)

Pobre Chica (...). Fora ela uma branca e tê-la-ia abraçado, tê-la-ia chamado irmã com toda a minha ternura, teria chorado com ela de alegria e de gratidão... (Azeredo, 1956, p. 169)

A adjetivação depreciativa é, nas obras em apreço, uma postura de uma superioridade branca intrínseca, submetendo o nativo somente ao estatuto de mão-de-obra com direitos limitados, reduzindo-o à condição de objeto.

4. CONCLUSÃO

Grande parte dos escritores e narrativas coloniais foram rejeitados e obliterados no período pós-25 de abril de 1974, por representarem um sistema, uma ideologia, um pensamento colonial. Importa analisá-los hoje? Reconhece-se que “racism is deeply complex and nuanced, and given this, we can never consider our learning to be complete or finished” (Diangelo, 2018, p. 20), todavia importa conhecer e interpretar os contextos que o provocaram é uma necessidade para que se possam tomar medidas políticas reparativas.

No *Acto Colonial*, e relembando o artigo 2.º, lê-se: «É da essência orgânica da Nação

Portuguesa desempenhar a função histórica de possuir e colonizar domínios ultramarinos e de civilizar as populações indígenas que neles se compreendam, exercendo também a influência moral que lhe é adstrita pelo Padroado do Oriente»; esta prescrição assentava numa já velha ideia, reforçada pelas tergiversações em torno da valia dos direitos históricos que Portugal sustentou na Conferência de Berlim, de que os portugueses eram, entre os demais colonizadores, os mais aptos, mais capacitados e melhores na tarefa de civilizar e cristianizar. Como se demonstrou, a máquina de propaganda ideológica do Estado Novo usou toda uma série de recursos para legitimar esta especificidade lusa, apostando com isso na manutenção do seu império colonial onde continuava por cumprir a ação de colonizar e civilizar agora registada com foros constitucionais.

O efeito propagandístico, sob a capa de uma redutora ideia de pátria (e patriotismo nacionalista), fez-se sentir nas artes e, em particular, na literatura, como se comprovou nas narrativas em análise, em que a principal preocupação é representar o colono português nas suas «virtudes», na relação com o nativo no que respeita a arte de evangelizar, civilizar ou «portugalizar» o «outro». Na verdade, a «missão civilizadora» ou a «excepcionalidade da colonização portuguesa» mantêm-se, pelo que se pode deduzir pelas obras aqui analisadas, datadas entre os anos 20 e 60. Contudo, tal como afirma Gerald J. Bender, «se as políticas de colonização entre 1900 e 1950 produziram algum contacto inter-racial, isso aconteceu em grande parte na base das relações patrão-empregado e tais contactos eram a antítese total da política multirracial portuguesa» (2004, p. 184), que advogava uma harmonia racial fundada num paternalismo que não é mais que, na expressão de Bender, uma «arrogância» (2004, p. 327) civilizacional. No panorama cultural, criado e perpetrado pelo Estado Novo entre os anos trinta até inícios dos anos 60, verifica-se um discurso de propaganda lusotropicalista homogêneo apesar da heterogeneidade de géneros narrativos e do respetivo perfil dos autores (o que também era uma mais-valia propagandística), pelo que se denota uma paulatina construção de um

pensamento coletivo paternalista e inferiorizante do ser humano africano. O *corpus* aqui apresentado e escrito por mulheres e homens da metrópole portuguesa sugere um pensamento e uma postura que demonstram muito mais do caráter dos europeus, e dos portugueses em particular, do que representa o «outro» e, simultaneamente, comprova a eficácia do aparato de propaganda nacionalista e racial de Salazar e, porque não afirmá-lo, todo um efeito de anestésico que se revelou efetivo e prolongado no tempo mesmo em patamares da sociedade mais esclarecidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alexandre, V. (2017). *Contra o vento. Portugal, o império e a maré anticolonial (1945–1960)*. Círculo de Leitores.
- Azambuja, M. da G. (1952). *A primeira viagem*. Parceria António Maria Pereira.
- Azeredo, G. de (1956). *Branços e Negros*. Agência Geral do Ultramar.
- Bender, G. J. (2004). *Angola sob o domínio português. Mito e realidade*. Editorial Nzila.
- Cadavez, C. (2017). *A bem da Nação. As representações turísticas no Estado Novo entre 1933 e 1940*. Edições 70.
- Castelo, C. (2011). «O modo português de estar no mundo»: o luso-tropicalismo e a ideologia portuguesa (1933–1961). Edições Afrontamento.
- Cosgrove, Denis (2005), Mapping/Cartography. In D. Atkinson, P. Jackson, D. Sibley, N. Washbourne (Eds.) (2005). *Cultural Geography. A Critical Dictionary of Key Concepts* (pp. 27-33). London, UK: I.B. Tauris.
- Cosmos (Eds.). *Cadernos Coloniais*. Col. 1935–1941. <http://memoria-africa.ua.pt/Library/CadernosColoniais.aspx>
- Cruz, E. C. V. (2005). *O Estatuto do Indigenato — Angola. A legalização da discriminação na colonização portuguesa*. Novo Imbondeiro.
- Decreto n.º 21.001, de 14 de março de 1932, I, artigo 1.º. Diário do Governo.

<https://files.dre.pt/1s/1932/03/06200/04630469.pdf>

Decreto-Lei n.º 39666, de 20 de maio de 1954.
Estatuto do Indigenato.
<https://dre.pt/application/conteudo/635399>

Decreto-Lei n.º 22: 465, de 11 de abril 1933.
Acto Colonial.
https://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/acto_colonial.pdf.

Diangelo, R. (2018). *White Fragility: Why it is so Hard for White People to Talk About Racism*. Beacon Press.

Faria e Maia, C. R. M. (1929). *Recordações de África: Verídicas Narrativas de Viagens, Caçadas, Combates e Costumes Indígenas, Marchas pelo Interior e Navegação dos Rios*. Tipografia e Papelaria Carmona.

Ferreira, M. (1977). *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Instituto de Cultura Portuguesa.

Garcia, J. L. L. (2016). A Agência Geral das Colónias/Ultramar e a propaganda no Estado Novo (1932–1974). In A. Pena-Rodríguez e H. Paulo (Eds), *A Cultura do poder. A propaganda nos Estados Autoritários* (pp. 345–366). Imprensa da Universidade de Coimbra.

Garcia, J. L. L. (2022). *Ideologia e Propaganda Colonial no Estado Novo*. Palimage.

Henriques, J. G. (2018). *Racismo no país dos brancos costumes*. Edições Tinta da China.

Henriques, J.G. (2016). *Racismo em português. O lado esquecido do colonialismo*. Edições Tinta-da-China.

Jerónimo, M. B. (2010). *Livros Brancos, Almas Negras: A «Missão Civilizadora» do Colonialismo Português (c. 1870–1930)*. Imprensa de Ciências Sociais.

Laranjeira, P. (1998). A literatura colonial portuguesa. *África*, 20(21), 71–93.
<https://doi.org/10.11606/issn.2526-303X.v0i20-21p71-93>

Leal, F. P. C. (1962). *A Pátria em Perigo*. Edição do autor.

Léonard, Y. (2000). O império colonial salazarista. In F. Bethencourt e K. Chaudhuri

(dir.), *História da Expansão Portuguesa, Volume 5: Último Império e Recentramento (1930–1998)* (pp. 10–30). Círculo de Leitores, Temas & Debates.

Maeso S.R. (org.) (2021). *O Estado do Racismo em Portugal: Racismo antinegro e anticiganismo no direito e nas políticas públicas*. Edições Tinta-da-China.

Marnoco e Sousa, A. J. F. (1906). *Administração Colonial*. Typographia França Amado.

Matos, P. F. de (2012). *As Côres do Império colonial. Representações raciais no império colonial português*. Instituto de Ciências Sociais.

Melo, D. (2001). *Salazarismo e a cultura popular (1933–1958)*. Instituto de Ciências Sociais.

Meneses, M. P. G (2010). O “indígena” africano e o colono “europeu”: a construção da diferença por processos legais. *E-cadernos CES*. <https://doi.org/10.4000/eces.403>

Noa, F. (2002). *Império, mito e miopia. Moçambique como invenção literária*. Coleção Estudos Africanos, Caminho.

Pedro Almeida, P. & Pedro Varela, P. (2021). Racismo e os órgãos de comunicação social: do suposto ‘arrastão’ à brutalidade policial na esquadra de Alfragide. In S.R. Maeso (org.) *O Estado do Racismo em Portugal: Racismo antinegro e anticiganismo no direito e nas políticas públicas*. Edições Tinta-da-China.

Quintinha, J. (1929). *Oiro Africano*. Editora Portugal Ultramar, Lda.

Ribeiro, F., Pimenta, S. (2022). The mediatization of “racism”? Analysis from the representation of Marega, Webó and Diakhaby cases in the media covers. *Revista Motricidade. Sport, Culture and Communication*, 18(4). <https://doi.org/10.6063/motricidade.27799>

Rosas, Á. (1935). *Terras Negras*. Empresa Industrial Gráfica do Porto, Lda.

Rosas, F., Louçã, F., Lopes, J. T., Peniche, A., Trindade, L., Cardina, M. (2020). *O Século XX*

Português: *Política, economia, sociedade, cultura, império*. Edições Tinta-da-China.

Söderström, O. (2005). Representations. In D. Atkinson, D., P. Jackson, P., D. Sibley &, D., N. Washbourne, N. (Eds.), *Cultural Geography. A Critical Dictionary of Key Concepts* (pp. 11–15). London, UK: I.B. Tauris.

Vargaftig, N. (2016). *Des empires en carton. Les expositions coloniales au Portugal et en Italie (1918–1940)*. Casa de Velázquez.

Wheeler, D. L. & Pélissier, R. (2011). *História de Angola*. Tinta-da-China.

PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Conflito de interesses: Nada a declarar. **Financiamento:** Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT — Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto UIDB/00736/2020 (financiamento base) e UIDP/00736/2020 (financiamento programático). **Revisão por pares:** Dupla revisão anónima por pares.

FCT Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



Todo o conteúdo da [Herança – Revista de História, Património e Cultura](#) é licenciado sob *Creative Commons*, a menos que especificado de outra forma e em conteúdo recuperado de outras fontes bibliográficas.